

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A INTEGRAÇÃO DA BIBLIOTECA DA
ESCOLA NAVAL NA REDE DE
BIBLIOTECAS DA DEFESA NACIONAL**

DUARTE MARIA DA SAÚDE GASPAR PORTELA

Relatório de Estágio orientado pelo Professor Doutor Jorge Revez, especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2023

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A INTEGRAÇÃO DA BIBLIOTECA DA
ESCOLA NAVAL NA REDE DE
BIBLIOTECAS DA DEFESA NACIONAL**

DUARTE MARIA DA SAÚDE GASPAR PORTELA

Relatório de Estágio orientado pelo Professor Doutor Jorge Revez, especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2023

FICHA TÉCNICA

Modalidade de trabalho

Dissertação de mestrado

Título

A Integração da Biblioteca da Escola Naval na Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional

Autor

Duarte Maria da Saúde Gaspar Portela

Orientador

Professor Doutor Jorge Revez

Identificação do curso

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Instituição

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Ano

2023

RESUMO

O conceito de Rede de Bibliotecas foi criado como uma medida para compensar as lacunas individuais das bibliotecas relativamente à informação que possuem. É uma solução assente na cooperação entre as bibliotecas procuram compensar as suas fraquezas através do auxílio mútuo e partilha de informação. No entanto, com a proposta de cooperação surge a possibilidade de confronto entre as bibliotecas e as suas políticas, o que implica conflito e ajustamento.

O presente trabalho estuda o caso da Biblioteca da Escola Naval e a sua integração na Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional, com um foco especial no impacto da rede sobre o processo de catalogação da biblioteca.

PALAVRAS-CHAVE

Redes de bibliotecas; Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional (Portugal); Biblioteca da Escola Naval; Catalogação

ABSTRACT

The concept of Library Network was created as a measure to compensate for the shortcomings libraries suffer individually regarding the information they possess. It's a solution underpinned by the cooperation between libraries which seek to compensate for their faults through mutual aid and information-sharing. However, with the proposal of cooperation between libraries arises the potential for confrontation between the libraries and their policies, in turn implying conflict and adjustment.

The following academic work seeks to study the case of the Library of the Naval School and it's integration in the National Defense Libraries Network, with a special focus on the network's impact on the library's cataloguing process.

KEYWORDS

Library Networks; National Defense Libraries Network (Portugal); Library of the Naval School

DEDICATÓRIA

Ao meu avô Apeles, pelas memórias de confiança, amor e companheirismo que ficarão sempre.

À minha mãe, Conceição e ao meu irmão, Martim, por me apoiarem e incentivarem neste caminho.

Ao Jorge, pela amizade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Jorge Revez pela orientação e disponibilidade no esclarecimento de todas as questões, assim como o incentivo ao longo desta aprendizagem.

Agradeço também a todos os professores do mestrado que, com os seus conhecimentos e exemplo me ajudaram no meu percurso académico.

À Dra. Patrícia Ferreira, o meu agradecimento pela forma como me auxiliou e orientou no decorrer no estágio na Biblioteca da Escola Naval.

Aos meus colegas, obrigado pelos momentos partilhados, tornaram agradáveis muitos momentos mais difíceis.

À minha família e amigos, pelo apoio neste caminho que traçamos juntos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS	vi
ÍNDICE DE TABELAS	vii
INTRODUÇÃO	1
1. METODOLOGIA.....	3
1.1. Metodologia Geral	3
1.2. Análise Documental.....	3
2. REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1. Bibliotecas e Organização da Informação.....	5
2.2. Catalogação	12
2.3. Normalização e Política de Catalogação	17
3. ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	25
3.1. Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional.....	25
3.2. Biblioteca da Escola Naval.....	30
3.3. Observações de Estágio.....	32
4. ANÁLISE.....	37
CONCLUSÃO	40
BIBLIOGRAFIA.....	42

LISTA DE SIGLAS

ACRBDN Administração Central da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional
ALRBDN Administração Local da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional
AIT Administração da Infraestrutura Tecnológica
BAD Associação Portuguesa de Bibliotecários
BEN Biblioteca da Escola Naval
CARBDN Comissão de Acompanhamento da Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional
IFLA (Federação Internacional de Bibliotecas e Arquivos)
ISBD Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada
RBDN Rede de Bibliotecas de Defesa Naval
SIGB Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas
UNIMARC Universal Machine Readable Code

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Pontos principais da norma de descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD).....	pág. 18
Tabela 2: Blocos principais da norma de formato bibliográfico UNIMARC.....	pág. 20

INTRODUÇÃO

A informação é, inquestionavelmente, um dos recursos mais importantes de uma biblioteca. Esta informação deve ser suficiente e adequada para responder às necessidades de um utilizador, quer seja com o propósito de fornecer um recurso ou dar orientação como sobre o obter. Tem-se, por isso, procurado combater as fraquezas detetadas nestes aspetos através da criação de respostas diversas.

Uma das medidas desenvolvidas como resposta foi a criação de redes de bibliotecas, isto é, grupos compostos por estas instituições com o propósito de partilhar informação numa relação mutuamente benéfica e assente na cooperação. Através destas redes esperava-se que uma biblioteca pudesse compensar deficiências na informação, tanto para obter recursos como fornecê-los ao utilizador de outra biblioteca.

O presente trabalho enquadra-se principalmente dentro da temática das redes de bibliotecas, sendo o seu objetivo principal analisar a integração da Biblioteca da Escola Naval dentro da Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional. Incide sobretudo sobre a catalogação uma vez que o estágio consistiu, essencialmente, na catalogação de livros para o fundo do Professor Doutor Francisco Domingues.

Relativamente à pertinência, tenta-se aqui, de certa forma, uma continuidade ao trabalho de João Horta, que analisou a própria RBDN na sua tese intitulada “A Evolução das Bibliotecas Militares e de Defesa: estudo de caso da rede de bibliotecas da defesa nacional”. O trabalho agora apresentado focou-se mais na perspetiva de uma única biblioteca e nos efeitos sobre a catalogação dentro da mesma. O projeto pode então ser encarado como um aprofundamento sobre certos pontos discutidos na tese de Horta, com ênfase na utilidade da própria rede para as bibliotecas constituintes.

Tendo em conta a temática discutida e a relação a um estudo anterior, foi desenvolvida a seguinte pergunta de partida: “Que mudanças e desafios podem ser encontrados no decurso da integração de uma biblioteca dentro de uma rede de bibliotecas?” Para responder à pergunta, foram delineados os seguintes objetivos: analisar o processo de catalogação da Biblioteca da Escola Naval, descrever a sua relação com a RBDN em maior detalhe e o modo como a integração dentro da rede afetou o processo de catalogação da Biblioteca da Escola Naval.

O estágio decorreu desde 9 de maio de 2022 a 24 de junho de 2022, na Biblioteca da Escola Naval. Coube ao estagiário a catalogação de uma parte da bibliografia doada pelo Professor Doutor Francisco Domingues, sendo estabelecida a meta da catalogação de 200 livros. No final do estágio tinham sido catalogados 353 livros no total, tendo estes sido organizados no fundo criado para albergar a coleção do denominada de acordo com o doador: “Coleção Professor Doutor Francisco Domingues”.

1. METODOLOGIA

1.1. Metodologia Geral

O projeto apresentado alicerçou-se na proposta de uma hipótese, abordagem conhecida também por “pergunta de partida”, apresentando-se assim uma problemática orientadora do desenvolvimento do projeto. A pergunta em torno da qual se trabalhou foi: “Que mudanças e desafios podem ser encontrados no decurso da integração de uma biblioteca dentro de uma rede de bibliotecas?”.

Como objeto de estudo e de forma a dar resposta a esta questão foi escolhida a Biblioteca da Escola Naval, integrada na Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional, sendo a própria rede também alvo de alguma atenção. A BEN tem como função primordial prestar serviços aos estudantes e docentes da Escola Naval, analisando-se aqui também sua integração dentro da própria RBDN.

Um investigador tem ao seu dispor um leque variado de perspetivas relativamente ao modo como uma investigação deve ser realizada. Neste caso, foi adotado um ponto de vista construtivista. Este é um ponto de vista normalmente associado à investigação qualitativa, formulando-se as perguntas no âmbito desta perspetiva de forma mais vaga e geral. Assim, o foco incide no contexto em que um participante age ou trabalha, cabendo ao mesmo construir o significado a partir da situação. O método qualitativo, usado nesta investigação, procura de forma geral explorar e perceber o significado que um grupo ou indivíduo confere a um problema social ou humano. O processo consiste em perguntas e métodos emergentes, dados recolhidos a partir do ambiente do participante, análise de dados partindo do particular a temáticas mais gerais e interpretação dos dados por parte do investigador. Pela natureza mais geral e subjetiva do que é questionado, o investigador tem de ter em mente o modo como as suas opiniões e experiências podem afetar a sua própria interpretação.

1.2. Análise Documental

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani, a análise documental é “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Lima Junior, p. 37). É assim possível

desenvolver um trabalho a partir de vários documentos diferentes (não necessariamente texto escrito), sendo que “os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos” (p. 42).

Note-se que a análise documental é distinta da pesquisa bibliográfica, sendo a principal diferença que “[...] a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias’.” (Lima Junior, p. 42).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Bibliotecas e Organização da Informação

Antes de discorrer sobre as bibliotecas há que referir a área que se preocupa com estas e outras formas de armazenar, preservar e distribuir informação: a área da Organização da Informação.

A Organização da Informação é uma disciplina académica que tem por objetivo otimizar a organização do conhecimento em bibliotecas, bases de dados, trabalhos de referência e na Internet: “Behind those different traditions is a certain general goal that can be expressed as the optimisation of KO in libraries, databases, reference works and on the Internet.” (Hjørland, 2003). A disciplina abrange várias atividades como resultado, sendo possível identificar as seguintes (Susana Rodrigues, 2015):

- Identificação das necessidades de informação da instituição de acordo com a sua missão e objetivos;
- Aquisição de informação de acordo com a identificação das suas necessidades da organização e guiadas através das práticas, políticas, procedimentos e regulamentação [...];
- Desenvolvimento de produtos e serviços de informação, que resultam num acréscimo da sua qualidade adaptando-a às necessidades dos utilizadores;
- Garantia a divulgação e acesso à informação num prazo de tempo adequado e de acordo com as diferentes especificidades de cada um;
- Utilização da informação [...].

A organização da informação tem, pois, início numa análise da instituição e do seu funcionamento sendo seguida do desenvolvimento de ferramentas destinadas a auxiliar os utilizadores e, finalmente, gerir a informação e o acesso à mesma de forma contínua, com o objetivo de fornecer um serviço de qualidade aos utilizadores.

As bibliotecas, por sua vez, integram-se nesta área visto que a sua função é recolher e partilhar recursos de informação de forma a que possam ser facilmente disponibilizados aos utilizadores da biblioteca: “As funções primordiais de uma biblioteca académica são, seleccionar, recolher e proporcionar às comunidades o acesso

aos recursos de informação.” (Luz, 2014). A catalogação é uma das formas através das quais este processo é realizado.

Uma biblioteca não é apenas um local ou instituição que se destina exclusivamente a armazenar informação. Uma biblioteca pode produzir conteúdo durante a digitalização de conteúdos já existentes – embora sejam cópias, estes exemplares digitais continuam a ser exemplares próprios, diferentes de suportes analógicos: “Além disso, as bibliotecas contemporâneas passaram a ser produtoras de conteúdos, mapeando, selecionando, reunindo, tratando, organizando, gerenciando e disseminando conteúdos gerados pela própria comunidade na qual está inserida. Entre as atividades realizadas, destaca-se a preservação digital que envolve o estabelecimento de uma política ampla, abrangendo desde o armazenamento (qualidade da matriz, capacidade do storage, backup, segurança de dados) até a preservação (upgrade de mídia, upgrade de formato etc.), para que possa garantir de fato o acesso à informação ao longo do tempo para a própria comunidade e, em última instância, à sociedade em geral.” (Valentim, M.; Ribeiro & Ferreira, 2017)

As bibliotecas, por sua vez, podem colaborar entre si ao formarem o que normalmente se designa por uma rede de bibliotecas. No sentido mais básico, uma rede de bibliotecas é um conjunto de bibliotecas que colaboram entre si de forma a alcançarem objetivos comuns, sendo que Orol, Melero e Guitian a definem como “una organización independiente formada por un conjunto de Bibliotecas conectadas que se comprometen formalmente en la consecución de objetivos comunes.” (Orol, Melero e Guitian, 1988, p. 218, como citado em Horta, 2019, p. 9) Davis (2008, como citado em Horta, 2019) oferece uma definição mais detalhada, explicitando a partilha de serviços, materiais e informação entre as bibliotecas para as disponibilizar aos seus utilizadores. Trezza (1977, como citado em Horta, 2019) por sua vez visualiza uma rede como um conjunto de subgrupos que suprimem as suas necessidades e preocupações individuais para trabalhar em nome de um bem comum.

Além deste objetivo podemos referir outros que permitem que uma biblioteca pertencente à rede possa contar com o apoio das bibliotecas parceiras em projetos e planos de ação. Estes objetivos adicionais incluem: potenciar a utilização das bibliotecas integradas na rede; apoiar esforços de atualização e formação contínua dos trabalhadores das bibliotecas; garantir melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos através da cooperação e coordenação; facilitar o intercâmbio de experiências e comunicação entre

as bibliotecas; promover a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação (Izquierdo-Alberca, 2010).

As bibliotecas podem ser distinguidas entre si mesmas de acordo com aspetos diferentes. Estes aspetos incluem a natureza da entidade que gere ou financia a biblioteca, as instituições ou entidades às quais se encontra associada, o público-alvo principal da biblioteca e o tipo de material que procura recolher e guardar (relativamente a origem, tópico ou tema). Tendo em conta estes fatores, foram identificadas as seguintes categorias (<https://librarymap.ifla.org/data-glossary/library>):

- Bibliotecas Nacionais: responsáveis por adquirir cópias de documentos publicados dentro do país onde a biblioteca se encontra ou relevantes o mesmo, incluindo bibliografia estrangeiras;
- Bibliotecas Académicas: têm como função principal destas satisfazer as necessidades de investigação de determinada comunidade académica, como bibliotecas de instituições de ensino superior e outras explicitamente viradas para a investigação em geral;
- Bibliotecas Públicas: abertas ao público geral prestam um serviço numa localidade ou região. São normalmente financiadas por um orçamento público de modo a que os seus serviços sejam grátis ou com valores subsidiados;
- Bibliotecas de “Community”/“Comunidade”: semelhante à pública, não sendo no entanto geridas ou financiadas por entidades de natureza completamente pública, recebendo frequentemente financiamento através de doações privadas e Organizações Não-Governamentais (sendo possível receberem um subsídio de uma entidade pública);
- Bibliotecas Escolares: associadas a uma instituição independentemente do nível de ensino, a sua função principal é prestar serviços a estudantes e professores, embora em alguns casos seja possível o público usufruir dos seus serviços.

De acordo com certos autores, a cooperação entre as bibliotecas é essencial para o seu funcionamento, como Martín-Montalvo (2012, como citado em Horta, 2019) que descreve a cooperação como “Un instrumento esencial en el trabajo de las bibliotecas [...]

es un elemento clave para garantizar el éxito' (p. 50)." (p. 10) Esta cooperação tem apresenta-se como vantajosa, pois permite que as bibliotecas possam partilhar entre si documentos e recursos: "They appear, from a cataloging point of view, to be mainly acting as middle men between the user and the original source of machine-readable cataloging data and also providing access to larger computer resources than an individual institution might otherwise be able to tap. [...] Basically, the intention is to provide easier availability to a greater number of titles." (Cooke, 1977, p. 254)

Embora o conceito de rede de biblioteca exista há anos, não se deve ignorar o papel que a tecnologia desempenhou no desenvolvimento da mesma. De facto, foi graças a vários desenvolvimentos tecnológicos na área da informática que o conceito começou a ganhar popularidade. Historicamente, as redes confrontaram-se com problemas devidos aos limites anteriores à digitalização pois, apesar da flexibilidade e adaptabilidade elas dificilmente conseguiam coordenar e maximizar os recursos disponíveis (Castells, 2005).

Com o desenvolvimento das tecnologias da informática, passou a ser possível construir redes descentralizadas, o que permitiu que as bibliotecas de uma rede dispusessem de maior flexibilidade na gestão dos seus recursos além de uma nova forma de disponibilizar informação ao utilizador (Medeiros & Luz, 2017). Com o desenvolvimento dos meios digitais é possível ultrapassar os limites históricos das redes, mantendo-se estas relativamente descentralizadas e com capacidade coordenação entre os seus membros. (Castells, 2005).

Uma rede de bibliotecas pode ser visualizada como uma rede de transmissão de mensagens. Cada biblioteca é representada como um ponto na rede capaz de receber e transmitir mensagens, embora certos pontos sejam definidos como responsáveis por enviar mensagens, por transmitir a mensagem a outro ponto ou por receber a mensagem. Cada ponto pode ainda estar ligada a qualquer número de bibliotecas dentro da rede e comunicar de várias formas – email, fax, telefone, presencialmente, etc. Embora as bibliotecas necessitem de comunicar umas com as outras, note-se que só podem responder a um número finito de mensagens dentro da rede (Nance, 1970).

Embora se tenha mencionado a partilha de recursos entre as bibliotecas, é necessário equacionar os possíveis problemas advindos de partilhar as obras e documentos entre as bibliotecas para empréstimo aos utilizadores. A resposta a esta dúvida é o catálogo coletivo, que consiste num catálogo de todas as obras e documentos das bibliotecas pertencentes a uma rede. Deve-se notar que o serviço só permite ao

utilizador de uma biblioteca pesquisar obras, sendo impossível alterar os dados sobre as mesmas: “Search services do not provide the ability for users to modify the records in the files, nor to modify the output. That is not the nature of the service.” (Epstein, 1980, p. 425). O serviço de pesquisa funciona através de um metabuscador que, como o nome implica, procura por uma obra pelos seus metadados (“Nessa perspectiva, as bibliotecas contemporâneas têm implementado metabuscadores que possibilitam a busca em todos os recursos informacionais disponibilizados pela biblioteca, sejam recursos gerados internamente ou adquiridos externamente de outros fornecedores.”, Valentim, 2017, p. 33), uma ferramenta que se tem mostrado bastante útil: “Os metabuscadores propiciam aos usuários realizarem pesquisas simultâneas em distintas fontes e visualizarem os resultados em uma única interface. Além disso, removem os resultados duplicados e os apresentam em ordem de relevância, relacionando-os a diretórios, bancos e bases de dados em que estão alocados.” (Valentim, 2017, p. 33)

De acordo com Carvalho (2016, pp. 181-182, como citado em Horta, 2019, pp. 11) as bibliotecas podem ser caracterizadas, descritas e conseqüentemente classificadas de várias formas, dependendo do aspeto no qual um indivíduo se decide focar: “Uma rede de bibliotecas pode ser categorizada pelo seu tipo de governança, ou seja, os modelos de gestão, governação e administração adoptados pela própria rede; pelo seu tipo de participantes, ou seja, pela tipologia de bibliotecas integrantes da rede, como: bibliotecas públicas, escolares, de ensino superior, especializadas, ou outras; pelo âmbito de actuação, no qual é considerado o alcance geográfico pressuposto pela rede, que pode ser sectorial, local, nacional ou internacional; e, a área temática, como os domínios informacionais ou áreas de especialização dos próprios sistemas biblioteconómicos integrantes da rede.” Uma rede cujas bibliotecas têm diferenças em qualquer um destes aspetos apesar de pertencerem à mesma rede é chamada de “rede mista”.

Moreira (2014, pp. 44-46, como citado em Horta, 2019) e Orol, Melero e Guitian (1988, p. 232, como citado em Horta, 2019) oferecem uma classificação com cinco modelos diferentes, baseado no nível e forma de centralização de autoridade em uma rede:

- Redes em estrela ou centralizadas: unidas por um único ponto central que controla os serviços e atividades e determina o funcionamento dos pontos ligados ao mesmo;

- Redes descentralizadas ou distribuídas: os pontos partilham serviços ou atividades semelhantes sem intervenção por parte de um ponto centralizador;
- Redes centralizadas distribuídas: caracterizadas por terem mais do que um ponto centralizador;
- Redes hierárquicas: como um nome implica, existe uma hierarquia de pontos, sendo que aqueles mais altos na hierarquia funcionam da mesma forma para aqueles pontos que estão mais baixo na hierarquia e ligados a um ponto mais alto;
- Redes em anel: em que existe uma ordem prévia entre os pontos relativamente às transações que levam a cabo e que partilham recursos e atividades semelhantes.

Outro aspeto passível de ter em consideração é a natureza das bibliotecas de uma rede e a homogeneidade que se pode encontrar. Neste ponto de vista, uma rede pode ser uma (Borbinha, 2004):

- Rede horizontal: uma rede cujo universo, membros e tipos de recursos disponíveis são homogéneos;
- Rede vertical: um tipo de rede que tem um universo heterogéneo de membros; normalmente, este tipo de rede procura novos tipos de participantes para satisfazer novas necessidades.

Quando se pretende criar e manter uma rede de bibliotecas, Margariños Compaired (2007, como citado em Horta, 2019) identifica quatro ferramentas fundamentais para tal propósito: “um regulamento, onde estão estipulados os objectivos, a estrutura e as responsabilidades da RBD; um censo, composto por dados estatísticos actualizados, com uma vertente caracterizadora das bibliotecas integrantes; um catálogo colectivo; e, um SIGB [Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas].” (p. 14) Em adição a estas ferramentas, uma rede beneficia se as bibliotecas tiverem em mente certos princípios durante a sua criação. Entre aqueles delineados por Izquierdo-Alberca (2010), é possível identificar alguns que podem beneficiar uma rede de bibliotecas de forma geral:

- A liberdade de acesso à informação;

- A igualdade entre utilizadores no que toca ao acesso dos recursos e serviços disponíveis;
- Respeito pela privacidade das consultas e proteção de dados pessoais dos usuários (de acordo com a lei).

A criação de uma rede não acontece apenas porque um conjunto de bibliotecas desejam cooperar, mas sim porque existem razões que fizeram com que considerassem trabalhar em conjunto. Acrescente-se que uma rede pode atrair mais bibliotecas para se juntarem a si. Epstein (1980) identificou cinco fatores que influenciam as decisões relativamente ao estabelecimento e expansão de uma rede de bibliotecas:

- as vantagens principais da rede;
- a contribuição dos membros potenciais para a rede;
- as alternativas a uma rede;
- o investimento dos membros na rede;
- o investimento pessoal dos utilizadores na rede.

Tal como foram identificados fatores que podem levar à criação de uma rede, também foram identificados outros que podem levar ao término da mesma. Carvalho (2016, p. 184, como citado em Horta, 2019) identifica quatro fatores, expostos e abaixo descritos:

- A inexistência de objetivos comuns: quando os objetivos das bibliotecas constituintes deixam de se alinhar a rede perde o seu propósito, pois uma rede não consegue auxiliar na concretização de objetivos diferentes ou quando as bibliotecas passam a preferir concretizar objetivos individuais face àqueles partilhados em conjunto;
- A falta de formalização da rede: pode levar a que surjam discordâncias relativamente ao funcionamento da rede, levando a que as bibliotecas percam o interesse em participar num projeto com demasiadas incertezas e que se deparou com dilemas, problemas e questões cujas soluções podiam ter sido esclarecidas anteriormente;
- Ignorar os objetivos da rede: caso as bibliotecas escolham ignorar os objetivos que se comprometeram a atingir é inevitável que a sua produção

no âmbito da rede diminua, fazendo com que a rede perca importância e razão para existir aos seus olhos;

- Falta de compromisso: uma rede é um projeto que é suposto promover a cooperação e partilha, e a falta de acordo entre bibliotecas pode rapidamente fazer com que se torne impossível cooperarem.

É possível uma rede não só lutar contra estes fatores, mas antecipar e prevenir o seu aparecimento ou pelo menos relevância no futuro da rede através de certas medidas, como identificadas por Orol, Melero e Guitian (1988, pp. 219-227, como citado em Horta, 2019). Em geral, estas medidas procuram definir as responsabilidades dentro de uma rede, estabelecer canais para a partilha e difusão de informação e formalizar uma estrutura organizacional dentro da qual as bibliotecas possam funcionar: “a criação e adoção de normativos técnicos, transversais a todos os constituintes da rede; a aquisição de meios tecnológicos e de comunicação para o tratamento documental integrado e difusão da informação; e, a definição do modelo e das equipas de gestão e governação, atribuindo funções diferentes a cada uma.” (p. 12)

2.2. Catalogação

A catalogação pode ser entendida como pôr em ação o processo de descrição bibliográfica (“A descrição bibliográfica é, ao mesmo tempo, uma operação e um produto. [...] Como operação, ela é conhecida como catalogação.”, Guinchat & Menou, 1994, p. 101). O processo de descrição bibliográfica, por sua vez, consiste em gerar metadados sobre uma obra para satisfazer as necessidades de uma biblioteca e dos seus utilizadores (Silva, 2009). A catalogação resulta na criação de um catálogo.

Um catálogo, por sua vez, é uma lista de todas as obras que podem ser encontradas numa biblioteca ou outro espaço que armazene obras e documentos. Estas são apresentadas e organizadas de acordo com uma ordem que tem em conta elementos das obras como o título, o autor e/ou a editora. (“Os catálogos são listas de todos os documentos conservados em unidades de informação. São apresentados em uma ordem específica: por autor, por assunto, por local e por título. Os catálogos indicam a localização dos documentos citados.”, Guinchat & Menou, 1994, p. 67) As funções de

um catálogo são: identificar os documentos pertencentes a uma biblioteca; localizar os documentos; permitir a recuperação dos documentos; e auxiliar na gestão do fundo documental (“Deve-se utilizar, ainda, os documentos secundários e/ou terciários que repertoriam e sintetizam a produção documental, como os serviços de resumos e de índices, as bibliografias nacionais e especializadas, as bibliografias que acompanham os documentos primários, os catálogos de outras unidades de informação, os catálogos e prospectos dos editores, a literatura comercial de produtos editada pelas empresas, os índices de citações, os repertórios de periódicos, os repertórios de publicações oficiais, as críticas e as resenhas das revistas especializadas, as sínteses e os estados-da-arte.”, Guinchat & Menou, 1994, p. 84). Um catálogo destina-se principalmente a ajudar uma biblioteca a manter-se a par dos recursos que esta possui e da sua produção documental, assim como ajudar a biblioteca e aos seus utilizadores da biblioteca a procurar obras: “Deve-se utilizar, ainda, os documentos secundários e/ou terciários que repertoriam e sintetizam a produção documental, como os serviços de resumos e de índices, as bibliografias nacionais e especializadas, as bibliografias que acompanham os documentos primários, os catálogos de outras unidades de informação, os catálogos e prospectos dos editores, a literatura comercial de produtos editada pelas empresas, os índices de citações, os repertórios de periódicos, os repertórios de publicações oficiais, as críticas e as resenhas das revistas especializadas, as sínteses e os estados-da-arte.” (Guinchat & Menou, 1994, p. 84).

O objetivo por detrás dos metadados gerados pela catalogação, e de facto do processo em si, é ajudar o utilizador de uma biblioteca a realizar um número de tarefas, sendo a principal entre elas encontrar obras e recursos pertencentes a uma biblioteca e ajudar a distinguir entre obras e recursos que partilham certas características como o mesmo autor, como explicado por Silva (2009). Silva (2009) menciona outras tarefas para além desta, como selecionar um recurso apropriado para um utilizador e fornecer acesso à entidade descrita no registo, identificando uma fonte fornecedora e as condições de fornecimento (como explicar colocar pedido de empréstimo).

No que toca à classificação e organização dos tipos de catálogos, é possível identificar vários parâmetros que podem ajudar a descrever um catálogo. O primeiro parâmetro refere-se ao número de bibliotecas abrangidas por um catálogo. Neste caso, um catálogo individual é um que só tem registadas as obras de uma única biblioteca, ao

passo que um catálogo coletivo abrange as obras (e por extensão os catálogos individuais) de mais do que uma biblioteca (Guinchat & Menou, 1994).

O segundo parâmetro é a forma de como um catálogo representa a sua informação (Guinchat & Menou, 1994):

- Catálogos manuais: os catálogos tradicionais organizados em fichas, folhas ou registos;
- Catálogos semiautomatizados: catálogos organizados em ficheiros especiais que exigem equipamento especializado;
- Catálogos automatizados: todo aquele catálogo cuja informação se encontra registada em máquinas como cartões perfurados, fichas elétricas, discos e dados informáticos.

O terceiro parâmetro refere a forma de como o catálogo organiza as obras registadas (Guinchat & Menou, 1994, pp. 199-202):

- Catálogo de autor: apresenta fichas por ordem alfabética pelo nome de autores, sendo que cabe a cada biblioteca decidir quanto a casos como pseudónimos e alcunhas;
- Catálogo de assunto: apresenta fichas por ordem alfabética pelos descritores ou palavras de assunto associadas a uma ficha;
- Catálogo geográfico: apresenta as fichas por ordem alfabética pelo país no qual o recurso foi publicado oficialmente (excetuando edições que a biblioteca considere secundárias);
- Catálogo cronológico: apresenta as fichas por ordem da sua data de publicação;
- Catálogo de título: provavelmente o mais comum por convenção, apresenta as fichas por ordem alfabética do seu título;
- Catálogo topográfico: apresenta as fichas por ordem de armazenamento dos documentos nas estantes;
- Catálogo dicionário: “apresenta em uma única ordem alfabética as fichas por autor, título e assunto”, sendo desaconselhado utilizar tal ordem caso se esteja a lidar com uma coleção com vários exemplares e/ou fichas;

- Catálogo por tipo de documento: “[permite] recuperar facilmente um documento em função de sua natureza”;
- Catálogo de periódicos: um catálogo com periódicos e os fascículos acumulados ao longo da sua evolução.

O quarto parâmetro, por sua vez, corresponde ao nível de digitalização e implementação de tecnologia no processo de atualização do catálogo: (Guinchat & Menou, 1994)

- Catálogos manuais organizados em fichas, registos e folhas;
- Catálogos semiautomatizados, que precisam de equipamento de registo e são feitos em ficheiros especiais;
- Catálogos automatizados (como o desenvolvido na Biblioteca da Escola Naval) que são registados em suporte de máquina como um computador, discos ou fitas magnéticas e organizados como arquivos; são normalmente consultados por computador.

Embora se possa entender os preceitos básicos da catalogação, quando se procura aprofundar o entendimento sobre este mesmo processo verificam-se diferenças em termos de perspectiva. É possível identificar, no caso da Europa, duas perspectivas diferentes, sendo uma associada ao norte da Europa e outra associada ao centro sul. No sul e centro da Europa, a catalogação é vista como um processo que produz descrições normalizadas de recursos para representar as suas características físicas e formais, gerando pontos de acesso aos “títulos, nomes de responsáveis, individuais ou colectivos, títulos de colecções, etc.” (Silva, 2009, p.3) para os localizar. No norte da Europa predomina outra perspectiva, mais conceptual e onde se coloca maior ênfase na utilização de conceitos como os de “‘subject cataloguing’ (catalogação de assunto) e de ‘descriptive cataloguing’ (catalogação descritiva) ou, no limite, apenas ‘cataloguing’” (Silva, 2009, p.3). As diferenças entre as diferentes operações associadas à catalogação são mais ténues, sendo simplesmente entendida como uma operação que gera metadados de diferentes tipos.

Tendo-se discutido de forma extensa o propósito e características de um catálogo, passa-se agora a explicar o processo que permite criar entradas nestes catálogos e os dados necessários para as encontrar: a descrição bibliográfica.

Como processo, pode-se dizer que a descrição bibliográfica tem, em geral, sete passos (Guinchat & Menou, 1994):

1. Tomar conhecimento do documento;
2. Determinar o tipo de documento e que regras são aplicáveis;
3. Determinar o nível de descrição bibliográfica por utilizar;
4. Identificar os dados necessários de acordo com a ordem indicada pela norma ou formato utilizados;
5. Transcrever os dados referidos de acordo com as regras previamente referidas;
6. Verificar a conformidade dos dados com normas;
7. Elaborar fichas dos catálogos.

Com os tipos de catálogos definidos, procura-se explorar agora um dos tipos de catálogo relevantes para o presente trabalho: o catálogo coletivo.

Geralmente, há certas expectativas relativamente às capacidades de um catálogo individual de uma biblioteca integrado num catálogo coletivo. O catálogo tem de fornecer metadados para as coleções digitais das bibliotecas, assim como possuir a capacidade de realizar certas operações relacionadas à gestão interna como aquisições, inventário, circulação, empréstimo interbibliotecas, referência, etc. (“O catálogo, de cada uma das bibliotecas públicas que integram a Rede, deve, ainda, suportar, em maior ou menor grau, as necessidades internas de gestão das coleções (aquisições, inventário, circulação, empréstimo interbibliotecas, referência, etc.). Os registos deverão também, em parte, suportar o fornecimento de metadados descritivos necessários à criação e utilização das coleções digitais dessas bibliotecas (quando existam).”, Silva, 2009, p. 5)

Verifica-se que a melhor forma de catalogar dentro do contexto de um catálogo coletivo é através da catalogação cooperativa. A catalogação cooperativa consiste em tentar evitar a duplicação de registos bibliográficos, sendo os exemplares abrangidos pelo registo registados dentro do mesmo de forma a simplificar a organização e evitar que o utilizador ou bibliotecário se depare com vários registos que podem (ou não) abranger o mesmo livro, o que por sua vez facilita o processo de recuperação já que basta ver os exemplares dentro do mesmo registo e quais deles é que estão presentes numa dada biblioteca: “Essa prática possibilita que se evite a duplicidade de esforços na catalogação de uma obra que já teve seu processamento técnico por alguma biblioteca, eliminando-se

o desperdício de esforço e tempo, agilizando o processo (maximização do uso, ampliação e universalização do acesso à informação, minimização de esforços e de recursos financeiros [...]).” (Nilcéia, 2017, p. 315)

2.3. Normalização e Política de Catalogação

A normalização é o processo de desenvolver normas. Uma norma pode ser entendida geralmente como uma regra para seguir possivelmente à letra. (“A normalização é uma atividade coletiva que tem por objetivo o desenvolvimento de normas. Uma norma é uma fórmula que tem valor de regra, em geral indicativa e algumas vezes imperativa”, Guinchat & Menou, 1994, p. 431). O objetivo principal da criação de normas é facilitar a procura de documentos dentro de uma biblioteca: “A normalização da descrição bibliográfica surgiu da necessidade de um acesso fácil e universal à informação bibliográfica e do desenvolvimento da cooperação entre unidades de informação.” (Guinchat & Menou, 1994, p. 102).

O processo de implementação de uma norma de catalogação é complexo, exigindo a contemplação de vários aspectos sendo, por isso, recomendado o envolvimento nesta dinâmica de uma equipa multidisciplinar, com uma variedade de conhecimentos e competências à sua disposição: “Isso porque, para implantar a RDA, a agência catalogadora precisa adotar decisões, que devem ser tomadas em conjunto com uma equipe multiprofissional, composta por bibliotecários, mantenedores de software e gestores das instituições de informação, levando em consideração o que for melhor para o usuário.” (Faria & Lourenço, 2019, p. 18). Entre os aspectos que devem ser considerados mencionem-se: práticas de catalogação; o sistema de recuperação de recurso; custos como assinatura de normas; formação de pessoal; identificar áreas de possível melhoria (“De acordo com Mering (2014), com o propósito de instituir a RDA, será necessário traçar um plano de implantação. A autora explica que o planejamento deverá contemplar questões sobre: introdução da RDA para a equipe; definição das práticas de catalogação locais; alterações e atualização no sistema de recuperação da biblioteca; tratar a situação dos registros antigos; custos da assinatura da nova norma, incluindo custos para treinamentos com a equipe; estabelecer documentações e melhores práticas.”, Faria & Lourenço, 2019, p. 18).

No contexto do presente trabalho serão expostas as duas normas utilizadas na Biblioteca da Escola Naval: a ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada – International Standard Bibliographic Description) e o UNIMARC (Universal Machine Readable Code).

A ISBD é uma norma de descrição bibliográfica, tipo de norma que procura definir “as características que deve ter um objeto e as suas características de uso, bem como as características de um procedimento e/ou de um método.” (Guinchat & Menou, 1994, p. 431). Ou seja, procura normalizar os dados bibliográficos de um recurso que devem ser registados: “A descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD) pretende instituir-se como a principal norma para a promoção do controlo bibliográfico universal, isto é, tornar universal e rapidamente disponível, de forma internacionalmente aceite, os dados bibliográficos essenciais de todos os recursos publicados em todos os países” (Descrição bibliográfica internacional normalizada, 2011/2019, p. 17).

A ISBD encontra-se dividida em pontos (0, 1, 2, 3...), sendo que estes por sua vez se encontram subdivididos em subpontos (0.1, 6.2...). Nem todos os subpontos são obrigatórios e, mesmo entre estes últimos, há alguns que só são obrigatórios quando são aplicáveis. Para separar os pontos e subpontos entre si, recorre-se a parágrafos e pontuação. Enquanto que cada ponto é separado dos outros por parágrafos, os subpontos são em vez disso separados por pontuação gramatical, de forma a separar a informação registada e facilitar a leitura da mesma. Cada subponto tem um tipo de pontuação diferente dos outros subpontos (mas que pode partilhar com subpontos em parágrafos diferentes) de forma a melhor distinguir entre os subpontos e facilitar a leitura da ficha bibliográfica. (Descrição bibliográfica internacional normalizada, 2011/2019)

Segue-se uma tabela com os pontos:

Ponto	Descrição
0. Zona da forma do conteúdo e tipo de meio	Indica a forma do conteúdo (livro, programa, música) assim como o meio em que se encontra (livro em papel, códice de papiro, programa, disquete, CD) .
1. Zona do título e menção de responsabilidade	Indica o(s) título(s) do recurso (ou associados) ou a sua designação, assim como entidades responsáveis pela criação do recurso.
2. Zona da edição	Menção de edição principal, edições paralelas e adicionais e responsabilidade das duas últimas.
3. Zona específica do material ou tipo de recurso	Contém dados concretos e específicos sobre o material em si, como o n.º do volume de uma série, dimensões, escala e projeção de um mapa ou apresentação musical.

4. Zona da publicação, produção, distribuição, etc.	Indica dados sobre a publicação como o local e nome da publicadora e editora, local e data da impressão, data da publicação.
5. Zona da descrição material	Indica características físicas do material, como as dimensões, a extensão (número de páginas, volumes, diapositivos) e materiais que acompanham o recurso e são fisicamente separados (CDs, mapas, recursos escritos, entre outros objetos).
6. Zona da série e recurso monográfico em geral	Indica a que série o recurso pertence, o título principal e paralelos, entidade responsável pela série, o n.º internacional da mesma e a numeração do recurso dentro da série.
7. Zona das Notas	Informação descritiva que não tenha sido colocada nas zonas descritivas anteriores; subcampos divididos de acordo com o ponto ao qual a informação da nota corresponde.
8. zona do identificador do recurso e das modalidades de aquisição	Contem o identificador do recurso (como o n.º ISBN), títulos-chave da Rede ISSN e como o recurso pode ser adquirido.

Tabela 1: Pontos principais da norma de descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)

A segunda norma é o UNIMARC, ou UNIversal MACHine Readable Code. O UNIMARC foi criado em 1977 pela IFLA (International Federation of Librarians and Archives) como sucessor ao formato MARC (MACHine Readable Code), sendo principalmente vocacionado para bibliotecas. (“O Unimarc (Universal Marc Format), criado pela IFLA, em 1977, serve atualmente como formato de registro de dados e principalmente como formato de intercâmbio. O Unimarc destina-se principalmente às bibliotecas [...]”, Guinchat & Menou, 1994, p. 105)

O objetivo principal do UNIMARC é facilitar a troca de dados por computador entre diferentes entidades e servir como um formato bibliográfico para o registo de dados: “O principal objetivo do UNIMARC é a troca internacional de dados bibliográficos em forma legível por computador entre agências bibliográficas nacionais. O UNIMARC pode ser usado como modelo para o desenvolvimento de novos formatos bibliográficos legíveis por computador.” (Manual UNIMARC Formato Bibliográfico, 2008, p. 13)

O formato procura concretizar este objetivo através de sugestões relativamente à forma do conteúdo, tendo sido criado de forma a ser transferido através de bandas magnéticas. (“O UNIMARC foi concebido para ser um formato de transferência para efeitos de troca de registos. Não estipula a forma, conteúdo ou estrutura dos dados dentro de sistemas específicos. Estabelece, no entanto, recomendações relativamente à forma ou

conteúdo dos dados, quando estes se destinam à troca. Os registos são, normalmente, estruturados no formato da banda magnética de troca, como última fase de qualquer processo de conversão, depois da forma, conteúdo e designativos de conteúdo terem sido convertidos para a norma UNIMARC.” Manual UNIMARC Formato Bibliográfico, 2008, p. 13)

O UNIMARC sugere um conjunto de campos para organizar a informação que pode ser encontrada sobre um dado recurso. A cada campo encontra-se associada uma etiqueta, um número de três dígitos numéricos. Cada campo encontra-se subdividido em subcampos (“O âmbito do UNIMARC é especificar os designativos de conteúdo (etiquetas, indicadores e códigos de subcampos) adequados aos registos bibliográficos em forma legível por computador e definir o formato lógico e físico dos registos.”, Manual UNIMARC Formato Bibliográfico, 2008, p. 13), que por sua vez são identificados por caracteres alfabéticos minúsculos. Ou seja, o primeiro dígito indica um bloco de campos, os dois seguintes são utilizados para indicar o campo dentro do bloco e os subcampos dentro do campo em si são indicados através de uma letra do alfabeto. Um exemplo da Biblioteca da Escola Naval seria o campo 102, subcampo \$6: o primeiro dígito identifica o bloco como 1, sendo que refere a informação já codificados; os dois dígitos seguintes – “02” – especificam que o campo abrange dados (ou códigos no caso do presente bloco) referentes ao país onde o recurso foi publicado ou editado; e o subcampo \$6 (tendo este sido criado pela BEN e não sugerido pelo UNIMARC) corresponde à localidade dentro do próprio país.

Apresenta-se uma tabela com os campos, etiquetas, os números associados e uma descrição curta de cada campo:

Etiqueta	Campo	Descrição
0--	Bloco de Identificação	Contém elementos, especialmente números, para identificar o recurso (como o n.º ISBN) ou entidades relacionadas como a editora.
1--	Bloco de Informação Codificada	Contém elementos de dados codificados pela agência ou entidade a utilizar o formato, podendo estes ser elementos relativamente à data e país de publicação, características físicas do objeto, a história/período cronológico do item ou elementos específicos a recursos sonoros ou eletrónicos.
2--	Bloco de Informação Descritiva	Contém informação já mencionada pela norma ISBD, como a coleção, responsabilidade, publicadora ou descrição física do objeto.
3--	Bloco de Notas	Notas adicionais sobre campos ou subcampos anteriores, escritas em texto livre.

4--	Bloco de Entradas Relacionadas	Serve para facilitar troca de dados entre o formato UNIMARC e outros formatos MARC.
5--	Bloco de Títulos Relacionados	Contém elementos relativamente a outros títulos, como variantes do mesmo ou outros relacionados, inclusive títulos-chave, abreviados, fictícios, da capa e da lombada.
6--	Bloco de Assuntos e História Bibliográfica	Dados sobre autores, entidades, nomes geográficos e comuns usados como assunto relevante ao recurso, lugares e datas de publicação e proveniência, códigos de área geográfica e período de tempo, assim como sistemas de classificação numérica.
7--	Bloco de Responsabilidade	Contém elementos sobre as entidades (pessoas, famílias, empresas, grupos, etc.) responsáveis pela criação do recurso, ou que simplesmente tenham contribuído de alguma forma para o mesmo.
8--	Bloco de Uso Internacional	Contém elementos cujos dados são reconhecidos a nível internacional, mas não abrangidos pelos campos anteriores.
9--	Bloco de Uso Nacional	Este é o único bloco sem campos sugeridos, sendo reservado para as agências locais e quaisquer campos que desejam criar.

Tabela 2: Blocos principais da norma de formato bibliográfico UNIMARC

No presente trabalho são usados os termos “política de catalogação” devendo-se, no entanto, notar que o conceito que este representa foi designado de outras formas, como “política de representação descritiva” ou “política institucional de catalogação” (Faria, 2018, p. 60).

Para definir o termo composto é necessário analisar as palavras que pertencem ao mesmo. Tendo “catalogação” sido já definida e a prática da mesma explicada, dirija-se agora o foco para o termo “política” e como este pode ser entendido. Como Faria investigou na sua tese de mestrado “Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA”, o termo “política” está normalmente associado às áreas da administração, assim como à “arte ou ciência da organização” (Faria, 2018, p. 57). O termo é ainda associado à noção de “planejamento estratégico”, assim como “orientação, guia e parâmetro” (Faria, 2018, p. 58). Assim, o termo “política” implica o planeamento de certos procedimentos e a explicação de sugestões e ideias para um processo que deve ser realizado a longo prazo.

A definição da política de catalogação, por sua vez, é um aspeto importante para o estabelecimento de uma norma, sendo o seu objetivo orientar o catalogador durante o

exercício da atividade: “Sendo assim, a política de catalogação em RDA é uma das documentações que deve ser estabelecida para implantação da RDA. Ela precisa ser composta por decisões institucionais e técnicas que visam orientar o catalogador em todo o processo de catalogação, e ainda no processo de transição entre as normas de catalogação.” (Faria, 2018, p. 18). Como tal, uma política de catalogação serve também para impor um padrão de práticas, de forma a que estas sejam consistentes. Este objetivo é concretizado traçando uma ou mais formas de realizar tarefas ou alcançar resultados, assim como promovendo a coordenação entre membros de equipa. Apesar disto, deve-se ter em conta que uma política não impõe procedimentos específicos ou explicita quem exatamente tem determinadas responsabilidades – essa função cabe às pessoas que seguem a política (Faria, 2018).

A adoção de uma política de catalogação pode beneficiar o processo de catalogação, geralmente resultando numa menor incidência de erros nos registos criados assim como numa maior eficiência de tempo no registo e catalogação de recursos. Este benefício deve-se às duas funções principais de uma política: a imposição de consistência no processo de catalogação; e o esclarecimento de dúvidas que possam surgir em certos casos que geram incerteza no catalogador. (Faria, 2018)

Para elaborar uma política de catalogação, é preciso analisar a situação da entidade na qual se pretende implementar tal política. Há quatro tipos de informação que devem ser recolhidos (Faria, 2018):

- As características dos utilizadores – normalmente, estes são agrupados depois em grupos, de forma a determinar quem utiliza os recursos da entidade e os motivos por detrás da consulta e utilização os recursos;
- As ferramentas da instituição – para além do seu funcionamento, deve-se ainda analisar como os utilizadores as utilizam, assim como as suas opiniões quanto às ferramentas;
- Estado da arte da teoria e prática da catalogação – esta análise serve não só para pôr em perspetiva os princípios básicos da catalogação e orientar aqueles responsáveis pela elaboração da política, mas também para estudar como podem colocar estes princípios em prática;
- Verificar que ferramentas estão disponíveis – neste caso, “ferramentas” engloba mais do que meios com os quais os utilizadores interagem diretamente, referindo-se ainda a normas para catalogação assim como

software; a análise irá ainda determinar que orçamento pode ser alocado para a aquisição das ferramentas disponíveis, o que irá ajudar no planeamento da política e na escolha de ferramentas que irão auxiliar o catalogador.

Acrescente-se, ainda, um quinto tipo de informação que pode ser recolhida dependendo da situação da entidade: a interação com outras bibliotecas ou entidades que armazenam informação. Dependendo do grau de colaboração que possa existir entre as diferentes entidades, pode ser possível a uma delas sugerir recursos detidos não por si mas sim por outras entidades associadas, contribuindo assim para a qualidade dos serviços prestados e encorajando a colaboração entre as várias entidades associadas. Um exemplo deste tipo de relação seria uma rede de bibliotecas, um conceito que foi explicado anteriormente.

Após terem sido recolhidos estes dados, o indivíduo irá encontrar-se como detentor de informação suficiente para elaborar uma política de catalogação que deverá fornecer instruções gerais e estabelecer regras para a descrição bibliográfica (que se conformem às circunstâncias e necessidades da entidade). (Faria, 2018).

Assim, podem-se identificar nove elementos essenciais a uma política de catalogação, como propostos por Faria (2018):

- Denominação da Política;
- Objetivos por concretizar;
- Escopo da catalogação;
- Prioridades no processo de catalogação;
- Diretrizes para controlo de autoridade e pontos de acesso;
- Diretrizes quanto a redes de cooperação;
- Diretrizes sobre tecnologias utilizadas;
- Indicação de regras e normas internacionais adotadas;
- Diretrizes sobre responsabilidades.

Embora seja fácil interpretar uma política de catalogação como um conjunto de regras inflexíveis a seguir, muitos dos pontos e elementos podem ser melhor descritos

como princípios de uma filosofia cujo objetivo é auxiliar e guiar o catalogador no decurso da sua atividade: “Portanto, deve ser vista como uma “[...] filosofia pertinente aos objetivos de recuperação da informação e não somente como uma lista de procedimentos a serem seguidos [...]””

3. ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

No presente capítulo será descrita a entidade de acolhimento, incluindo o seu espaço físico, assim como outras entidades associadas. A análise irá iniciar-se pelo “topo”, ou seja, o nível de organização relevante acima de todos, seguindo-se a Biblioteca da Escola Naval em si e, finalmente, uma descrição do seu espaço físico e da sua operação como observada pelo estagiário.

Muita da informação presente foi retirada da tese de mestrado A Evolução das Bibliotecas Militares e de Defesa, elaborada pelo João Nuno Gomes Ferreira da Horta e defendida em 2019.

3.1. Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional

A Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional, ou RBDN, é a rede de bibliotecas dentro da qual a Biblioteca da Escola Naval se encontra integrada.

Para regular as atividades e procedimentos dentro da rede, foi elaborado em 2016 o Manual de Procedimentos: Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional. De acordo com o próprio documento, o seu objetivo principal é “garantir a integridade, normalização e coerência da informação, bem como a qualidade do serviço prestado aos utilizadores”, um objetivo que por sua vez seria cumprido através do “estabelecimento de regras de funcionamento comuns e de cooperação na manutenção do sistema”. (Horta, 2019, p. 39).

O manual serve ainda para explicar o propósito e as expetativas quanto à rede ao explicar as vantagens resultantes da cooperação entre bibliotecas: ““(…) a cooperação entre bibliotecas constitui um dos principais meios de maximizar os recursos de cada biblioteca cooperante, que se revelam na partilha de recursos bibliográficos, tanto na parte técnica como documental, com vantagens inegáveis, tais como: melhor gestão e qualidade dos serviços, maior visibilidade do acervo bibliográfico; significativa redução de custos; catalogação partilhada e registo e gestão racional de aquisições; rapidez nos empréstimos interbibliotecas; optimização dos processos de gestão e automação e controlo das linguagens documentais de indexação e classificação (MDN, 2016a, p. 2).’ [...] ‘(…) identificar, descrever, organizar, divulgar e facilitar o acesso ao catálogo bibliográfico coletivo das bibliotecas da Defesa Nacional, por forma a prestar a todos os utentes internos ao Ministério da Defesa Nacional, e ao público em geral, um serviço de

excelência baseado numa cultura de partilha e no trabalho em equipa (MDN, 2016a, p. 4).” (MDN, 2016a, como citado em Horta, 2019, p. 38).

De acordo com o próprio manual, o objetivo principal da rede é o tratamento e disponibilização dos recursos dentro das bibliotecas integradas através do catálogo coletivo, embora obedecendo a seis princípios expostos nos artigos 1 a 4. Estes princípios são (Horta, 2019, p. 39):

1. Liberdade de acesso à informação;
2. Igualdade de tratamento dos utilizadores no que toca ao acesso;
3. Pluralidade na formalização dos catálogos;
4. Criação e desenvolvimento de serviços vocacionados aos utilizadores;
5. Proteção de dados pessoais;
6. Cumprimento das normas de direitos de autor.

A RBDN é administrada através de quatro órgãos próprios, que caracteriza como “estruturas informais”. Estes órgãos são:

- Comissão de Acompanhamento da Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional (CARBDN);
- Administração Central da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (ACRBDN);
- Administração Local da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional (ALRBDN);
- Administração da Infraestrutura Tecnológica (AIT).

Destas estruturas, devemos destacar duas: o CARBDN e o ALRBDN.

O CARBDN é responsável por coordenar as atividades das bibliotecas dentro da rede, estabelecer objetivos de forma a guiar as bibliotecas integradas e promover o desenvolvimento das bibliotecas e a utilização de meios para garantir a qualidade dos seus serviços pelas mesmas (como estudos de satisfação dos utilizadores de uma biblioteca): “A este órgão informal [CARBDN – Comissão de Acompanhamento da Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional] estão inerentes as seguintes competências: definição dos objectivos estratégicos, linhas e políticas de acção, planos anuais de actividades;

elaboração e revisão dos instrumentos técnicos e normas de funcionamento; promoção de acções de formação para os profissionais que integram as equipas das bibliotecas integrantes; acompanhamento e promoção do desenvolvimento e evolução das ferramentas informáticas utilizadas pela rede; promoção de estudos sobre a satisfação dos utilizadores da rede; promoção de eventos subordinados à biblioteconomia com a participação da rede, bibliotecas integrantes e outras; e, promoção da cooperação na rede e com outras redes (MDN, 2016a, pp. 6-7).” (MDN, 2016a, pp. 6-7, como citado em Horta, 2019, p. 41)

A ALRBDN refere aos administradores locais de cada biblioteca, sendo que cada uma tem de ter um administrador local. A este compete “assegurar a normalização dos procedimentos de registo bibliográfico, bem como criar, alterar, corrigir e fundir registos duplicados da sua biblioteca.” (Horta, 2019, p. 42)

Em adição, no caso das bibliotecas que são dependentes da mesma instituição, tem de haver para cada instituição superior um coordenador local que possa garantir a cooperação e ligação geral entre as bibliotecas da mesma instituição.

Apesar dos regulamentos acima, deve-se notar que as bibliotecas continuam a ser dependentes de uma instituição maior cujas regras continuam a obedecer: “Entende-se que, apesar das bibliotecas militares e de Defesa passarem a integrar uma rede de bibliotecas, a sua acção enquanto bibliotecas integradas fica sempre limitada à sua dependência hierárquica, respeitando-se a sua autonomia orgânico-funcional face às disposições da rede.” (Horta, 2019, p. 40)

Encontra-se ainda disponível um Manual Prático que serve para explicar serviços como uma biblioteca pode tirar o máximo proveito do sistema bibliográfico de gestão integrada *Horizon*. O instrumento presta vários serviços neste âmbito, como por exemplo: como utilizar o sistema *Horizon*; como solicitar apoio em caso de dificuldades ou quando o sistema *Horizon* está a sofrer problemas, entre outros. É através deste sistema que são registados novos recursos no catálogo coletivo da RBDN.

O catálogo coletivo pode ser acedido através do endereço eletrónico <http://bibliotecas.defesa.pt>, sendo que qualquer obra registada pode ser procurada através do *website* disponível *online*. A ferramenta encontra-se disponível a todos os utilizadores das bibliotecas da rede, sendo que o acervo se encontra disponível ao público para consulta e possui ainda ferramentas para filtrar e apurar pesquisas. É também possível

aceder a bibliotecas digitais através do catálogo, sendo que “procurará – sempre que exequível – proporcionar o acesso, local ou remoto, a conteúdos pertinentes correlacionados com obras existentes nos seus fundos documentais, incluindo manifestações digitais ou digitalizadas de expressões dessas obras (...)” (Horta, 2019, p. 48)

O catálogo disponibiliza os registos de vinte e três bibliotecas diferentes, inclusive os registos da Biblioteca Técnica da Direção de Saúde da Força Aérea, já desmantelada. Os registos da Biblioteca do Museu do Ar, Biblioteca do Aquário Vasco da Gama e Biblioteca do Planetário Calouste Gulbenkian não se encontram disponíveis no catálogo coletivo.

Entre todas as bibliotecas há nove temáticas diferentes dentro das quais os livros podem ser agrupados: História de Portugal; História Militar; História dos Descobrimentos e da Expansão; História Marítima; Ciências Militares; Ciências do Mar; Defesa & Segurança e Estratégia e Relações Internacionais. Quanto à tipologia, pode-se verificar que há bibliotecas de ensino superior (ou universitárias) e especializadas.

Várias bibliotecas têm ainda uma modalidade de empréstimo que permite pedir emprestado livros de outras bibliotecas integradas na rede. De acordo com o estudo de Horta, “68,8% das bibliotecas inquiridas têm esta modalidade de empréstimo” e “64,3% das bibliotecas da RBDN é parceira no empréstimo bibliotecário”. (Horta, 2019, p. 78)

No que toca à perceção da RBDN e do seu catálogo coletivo, as bibliotecas parecem ter uma opinião positiva: dezasseis das dezassete que responderam a Horta (2019) “concordam com a existência de um catálogo online individual integrado no catálogo colectivo da RBDN” (p. 66) e concordavam com a utilização do sistema de *Horizon* (p. 64). Em adição, dezassete concordavam em utilizar uma única base de dados de descritores comuns, quinze concordavam com o mecanismo autónomo para criar autoridades e catorze concordaram com o mecanismo centralizado de criação de descritores (p. 64).

Apesar disto, oito de dezasseis bibliotecas sentiam que havia uma distância entre estas e a equipa de planeamento da RBDN, sete apontaram a problemas na formulação e cumprimento de objetivos comuns como a dificuldade principal, seis não apreciaram a aparente perda de autonomia nas suas decisões e cinco sentiam ainda que a RBDN interferia nas suas decisões de forma indesejável (Horta, 2019, p. 63). Assim, a RBDN

não é vista como uma solução ou acordo perfeito, trazendo vantagens assim como problemas.

Quando Horta inquiriu se a integração na RBDN permitiu que as bibliotecas pudessem “evoluir de um estado de coexistência para um estado de cooperação”, responderam onze de forma afirmativa e cinco de forma negativa, de um total de dezasseis bibliotecas (Horta, 2019, p. 70).

Deve-se notar que nem todas as bibliotecas responderam ao questionário de João Horta, sendo que normalmente entre quinze a dezassete responderam às perguntas presentes no mesmo.

As respostas às perguntas de vertente mais técnica, por sua vez, mostram que “a uniformização e optimização dos procedimentos de tratamento documental, pela utilização do SIGB Horizon, permitem reduzir o tempo de catalogação, a reutilização de registos de outras bibliotecas integrantes e a utilização da mesma base de dados de autoridades e de descritores permite diminuir a dispersão de informação nos próprios sistemas biblioteconómicos como para os utilizadores.” (Horta, 2019, p.71) Em suma, a RBDN é um caso que demonstra como a uniformização e cooperação entre as bibliotecas resultou em melhorias no ritmo de trabalho, catalogação e qualidade de serviços prestados aos utilizadores, assim como numa maior eficiência de recursos ao partilharem registos e uma única base de dados de autoridades e descritores, centralizando a informação numa única fonte de fácil acesso.

A RBDN pode ser caracterizada como uma rede mista, conjugando diferentes tipos de áreas e temáticas. Pode também ser considerada descentralizada ou distribuída, visto que não há nenhum “ponto centralizador que efectue a gestão e a governação completa da rede.” (Horta, 2019, p. 76), assim como ao facto de a própria rede garantir a autonomia das bibliotecas integradas.

Quanto aos seus recursos humanos, as bibliotecas têm um número reduzido de pessoal (sendo que oito, entre elas a BEN, têm só uma pessoa a trabalhar) e só 57.9% do pessoal tem formação proveniente da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação). Como ponto positivo, a própria RBDN contribui para a formação “através da disponibilização de formações aos profissionais da informação, verificando-se nos resultados do inquérito por questionário o elevado grau de satisfação pela frequência das formações e afirmação de desejo de mais

formações.” (Horta, 2019, p. 77) Apesar disto, há dificuldades em obter formação devido à natureza militar das instituições superiores, visto que “existe o factor de rotatividade de elementos militares entre os múltiplos serviços das próprias instituições militares e o tipo de vínculo profissional que estes elementos têm, levando à sua saída da instituição militar e dificultando a continuidade das actividades biblioteconómicas (I. Pinto, comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).” (Horta, 2019, p. 77)

De acordo com Horta, a RBDN não apresenta atualmente risco de se extinguir como entidade. Apesar de terem sido identificadas certas preocupações quanto à gestão e estrutura da rede, as bibliotecas têm cumprido os objetivos comuns estabelecidos pela CARBDN. Acrescente-se que as bibliotecas partilham já recursos de forma extensa através do catálogo coletivo e do empréstimo interbibliotecário. Finalmente, verifica-se que há um espírito de cooperação e ajuda mútua entre as bibliotecas, o que demonstra o facto de colaborarem entre si: “Os objectivos comuns estão a ser claramente cumpridos, pois a utilização do SIGB e o acesso à informação via catálogo colectivo são realidades existentes e revelam concordância das bibliotecas integrantes. E, existe um compromisso entre os profissionais da informação, verificando-se uma maior consideração da interajuda, partilha de conhecimentos e troca de informação entre os mesmos.” (Horta, 2019, p. 85)

3.2. Biblioteca da Escola Naval

A Biblioteca da Escola Naval é uma biblioteca dependente do Estado-Maior da Armada, sendo uma das seis entidades dependentes que estão ainda integradas dentro da RBDN. (Horta, 2019, p. 37). A Biblioteca foi integrada na RBDN em 2015.

Em termos de tipologia, é uma biblioteca académica atendendo às necessidades da Escola Naval, uma entidade de Ensino Superior Público Universitário Militar que forma Oficiais dos quadros permanentes da Marinha Portuguesa.

Tendo em conta as necessidades dos alunos e professores, a BEN possui uma variedade de temáticas de recursos, desde aspetos técnicos da construção naval à história em geral e à navegação, sendo o seu objetivo principal apoiar os professores e alunos que pretendam adquirir/aprofundar conhecimentos ou elaborar trabalhos académicos.

O pessoal da biblioteca é composto por um único membro, a Dra. Patrícia Ferreira, responsável pela catalogação e organização da biblioteca e o atendimento aos utilizadores.

Como uma biblioteca integrada na RBDN, os recursos da biblioteca podem ser pesquisados através do catálogo coletivo. Em adição, caso não tenha um recurso, pode indicar outra biblioteca dentro da rede detentora desse recurso e, em caso de participar na modalidade de empréstimo interbibliotecário, pode pedir emprestado o recurso para depois fornecer ao utilizador.

Em termos de espaço físico a biblioteca tem duas mesas com as respetivas cadeiras para um utilizador individual ler ou consultar um recurso, assim como algumas cadeiras isoladas. Tem ainda cinco filas de estantes com livros, sendo que duas destas estão encostadas à parede e as outras três são filas de mobiliário com livros de ambos os lados.

No que toca à organização dos livros, cada um tem elementos de identificação digitais e físicos. Em primeiro lugar, cada livro tem um número de entrada. Este número deriva da ordem na qual foi carimbado e é um número que só se aplica aos livros na posse da biblioteca. Este número é registado, juntamente com o título do livro, o número de exemplares diferentes do mesmo livro (ou seja, o número de cópias do livro) dentro da biblioteca e a secção onde se encontra, numa página de um ficheiro *Excel*. A seguir, o livro recebe o seu número de registo, que é o número que recebe quando é registado pelo sistema *Horizon* no catálogo coletivo. Este número não obedece à ordem de catalogação da biblioteca, mas sim à ordem de catalogação dos registos de todas as bibliotecas integradas, sendo assim diferente do número de entrada.

Quanto ao elemento de identificação física, este elemento consiste em duas etiquetas coladas na parte inferior da lombada. A primeira etiqueta segue o formato “ESC [número]”, sendo que o espaço do [número] é preenchido pelo número de registo atribuído na página de *Excel*, sendo este distinto do número atribuído pelo programa *Horizon* quando o recurso é registado na base de dados. Abaixo desta etiqueta é colada outra, com as três letras iniciais do apelido do autor ou da entidade responsável pela autoria do livro. Esta segunda etiqueta é utilizada para organizar os livros nas estantes por ordem alfabética; no caso de terem as mesmas iniciais, coloca-se o livro à esquerda de todos os livros com as mesmas iniciais e um número de registo superior ao do livro que está a ser colocado na prateleira. Em adição, cada livro é carimbado, sendo escrito abaixo

do carimbo o número de entrada e no canto superior o número NCB proveniente do sistema *Horizon*.

3.3. Observações de Estágio

A função principal do estagiário era a catalogação e arrumação completa dos livros que tinham sido doados pelo Professor Doutor Francisco Contente Domingues, após a sua morte, à Biblioteca da Escola Naval. Como tal, foi criado um fundo separado que servia como a sua própria temática para organizar o material doado e permitir a sua utilização pelos professores e estudantes da Escola Naval. O trabalho consistia em quatro etapas, que serão abaixo descritas.

A primeira etapa consistia em registar o recurso num ficheiro de *Excel*. Iniciava-se o processo por verificar se existia já um registo do recurso. Caso se verificasse mais que um registo no *Horizon*, era dada preferência àquele que estivesse associado à biblioteca da BEM e, falhando esta preferência, escolhia-se o associado à BCM (Biblioteca Central da Marinha). Caso a dúvida persistisse, cabia ao catalogador escolher o registo que achasse mais adequado, sendo este normalmente o mais “completo” em termos de metadados. Seguidamente, carimbava-se a folha do rosto sendo depois escrito o número de entrada abaixo do carimbo. Eram então escritos o título, o número de entrada, a proveniência, o número de exemplares e a assinatura na entrada respetiva da folha de *Excel*. Assim, o livro podia ser considerado registado na biblioteca em si.

A segunda etapa consistia em registar o recurso no *Horizon*, de forma a ser possível encontrá-lo no catálogo coletivo da RBDN. Este processo poderia ser realizado de duas formas, dependendo da pré-existência de um registo no *Horizon*. Caso tenha sido encontrado um registo no *Horizon* na primeira etapa, bastava adicionar o exemplar registado ao registo no programa na página de exemplares. Se foi necessário criar um novo registo no *Horizon*, então adicionavam-se os metadados prescritos ao registo em si, sendo depois juntado o recurso à lista de exemplares. Após o registo era escrito, no canto superior direito da folha de rosto do recurso, o número NCB gerado após esta operação.

A terceira etapa, mais simples, decorria após ter sido registado na biblioteca e catálogo e consistia na rotulagem para fins de identificação e arrumação. O rótulo tinha as três letras iniciais do apelido do autor, o número de registo no *Horizon* e uma abreviação da secção onde se encontra – neste caso, “DOM” para o fundo do Professor

Doutor Francisco Contente Domingues. O rótulo era depois colado na lombada do livro, normalmente na sua parte inferior.

A quarta e última fase correspondia à arrumação dos livros para que estivessem fisicamente disponíveis para consulta e empréstimo, sendo colocados nas estantes da secção onde pertencem (mais uma vez, neste caso, o fundo do Professor Doutor Francisco Contente Domingues). Normalmente, são organizados por ordem alfabética, de acordo com o apelido do autor principal. Nos casos em que há mais do que um livro com as mesmas iniciais, são organizados de acordo com o seu número de registo, começando pelos exemplares com o número inferior.

Finalizado o processo, o livro poderia ser considerado devidamente catalogado e disponível para consulta.

Antes de explicar as especificidades do registo de exemplares em maior detalhe, deve-se expor a estrutura geral do sistema *Horizon* e dos seus registos. Pode-se considerar que o catálogo está organizado em “níveis”. Cada nível corresponde a um agrupamento de recursos mais ou menos geral para facilitar a procura de recursos. Podem-se identificar os seguintes níveis:

- O primeiro nível corresponde ao catálogo da RBDN em si, abrangendo todas as bibliotecas;
- O segundo iria corresponder a uma das bibliotecas – neste caso, a BEM;
- O terceiro nível corresponde à ficha de registo de um recurso; é a este nível onde se encontra a descrição bibliográfica de um recurso, de acordo com a norma ISBD e o formato UNIMARC;
- No quarto e último nível encontra-se a ficha de um exemplar individual de um recurso; no *Horizon* são disponibilizados em cada ficha todos os exemplares registados nas bibliotecas constituintes da rede, sendo estas diferenciadas pela sigla associada à biblioteca onde o exemplar pode ser encontrado.

Para o terceiro nível, a BEN dispõe de uma política de catalogação própria para os registos criados pela biblioteca, que prescreve os campos que devem ser preenchidos para a descrição bibliográfica de um recurso quando possível e que indica outros de importância menor e natureza não-obrigatória. Os campos e subcampos obrigatórios para uma descrição considerada “básica” são:

- 010\$a – Número Internacional Normalizado dos Livros, ou ISBN;
- 100 – Dados gerais de processamento, normalmente a data em que a ficha foi criada com o formato “ano/mês/dia”;
- 101\$a – Língua(s) da publicação;
- 102\$a – País onde foi publicado;
- 200\$a – Título principal; caso comece com um artigo, cabe ao catalogador especificar noutra subcampo tal instância de forma a que não influencie a posição do recurso no catálogo coletivo;
- 200\$f – Primeira menção de responsabilidade, ou seja, da pessoa/entidade considerada responsável pela autoria do recurso;
- 205\$a – Edição da obra;
- 210\$a – Local onde obra foi publicada;
- 210\$c – Nome do editor/distribuidor;
- 210\$d – Data da publicação;
- 215\$a – Utilizado para descrever dimensões;
- 606\$a – Nomes comuns utilizados como assuntos; neste caso, existe uma lista controlada de assuntos partilhada pelas bibliotecas, embora seja possível adicionar um novo termo à lista;
- Bloco 7(xx) – Bloco de responsabilidade, ou seja que contém o nome da(s) pessoa(s)/entidade(s) responsável(/eis) que contribuíram para a autoria do livro; devido à diferenciação entre responsabilidade principal, secundária e coresponsabilidade, assim como a variação da natureza dos autores, a política oficial designa o bloco inteiro como obrigatório (quando possível) em vez de certos campos; normalmente, é considerado o autor principal o primeiro a ser mencionado, sendo outros coautores ou responsáveis dependendo da forma de como estão separados da menção do autor principal;
- 801\$a – País de origem da entidade que criou o registo (sempre Portugal);
- 801\$b – Agência que criou o registo, sendo que se utiliza a sigla BEN quando criado pela Biblioteca da Escola Naval;
- 801\$g – Abreviação do código catalográfico utilizado na descrição bibliográfica do recurso;
- 856\$u – Um endereço eletrónico, normalmente pré-existente;

- 856\$z – A agência responsável por criar um registo, sendo que indica normalmente uma entidade exterior à própria BEN mas dentro da mesma rede;
- 966 – Subcampos referentes à existência de um recurso na biblioteca, que inclui a sigla da biblioteca (para indicar que existe na própria biblioteca) e a cota (para ajudar a encontrar o recurso dentro da mesma);
- 966\$l – A sigla da biblioteca (BEN);
- 966\$s – A cota, por sua vez composta, em ordem, pela sigla da biblioteca, pelo número de registo e pelas três iniciais do apelido do autor.

Embora a função de uma política de catalogação seja orientar o catalogador ao longo do processo de catalogação, foram encontradas discrepâncias consistentes entre o que era proposto na própria política e no processo de catalogação em si, sendo descritas infra algumas destas:

- Os subcampos do campo 856 nunca foram preenchidos durante o estágio. Estes só podiam ser encontrados numa ficha de um recurso trabalhado no decurso do estágio quando uma ficha era corrigida, sendo que nunca foi criado um subcampo quando era criada uma ficha nova.
- No campo 966, era possível encontrar mais do que uma cota – nestes casos, apagava-se a cota com o número inferior e mantinha-se aquela com o maior número. Esta ocorrência era provavelmente uma das consequências da integração da bibliografia da BEN dentro do catálogo coletivo da RBDN e reforçou a necessidade de pesquisar e verificar uma cota antes de esta ser registada.
- No campo 215, embora fosse opcional indicar o comprimento e largura da capa de um livro, em todos os casos foi explicitado o número de páginas no campo. Este número, por sua vez, correspondia ao número mais elevado indicado pelo recurso.
- O campo 225, que indica se um recurso pertence a uma coleção, não foi prescrito no manual. Isto não corresponde à realidade, tendo-se verificado dezenas de recursos que pertenciam a uma coleção de livros.

Foi detetado mais do que uma vez um tipo de caso irregular, não previsto na política de catalogação ou nas instruções iniciais da Dra. Patrícia Ferreira. Estes casos

consistiam em recursos pertencentes a uma coletânea que, por sua vez, se inseria numa coleção, tendo sido necessário um procedimento diferente para representar este facto na ficha. Como tal, foram utilizados os campos 321\$a, com o número do volume do recurso dentro da coletânea e o seu número de páginas, e 535\$a com o título da coleção que englobava a coletânea.

Uma das funções mais notáveis do sistema *Horizon* é a capacidade de duplicar registos prevenindo erros fruto do esquecimento do catalogador de adicionar um campo à ficha. A duplicação de registos permite que só sejam substituídas as informações em determinados campos, retirando-as ou adicionando-as quando necessário. Tal é especialmente útil nos casos em que é necessário criar um novo registo para uma edição diferente do recurso, permitindo preservar a maior parte das informações sem arriscar a criação de inconsistências entre as fichas. Refira-se também a conveniência de a função poupar tempo a um catalogador, acelerando assim o processo de catalogação.

Independentemente da pré-existência de uma entrada de registo anterior, cada exemplar foi registado na entrada respetiva na secção de exemplares. Na ficha do exemplar podem ser encontradas a cota (que consiste na sigla ESC, o número de entrada Excel e as três iniciais do autor da obra), o tipo de recurso (no caso do espólio, todos foram classificados como monografias), o estado do exemplar, a indicação de volume e, no caso da coleção catalogada, uma secção de notas designada “Nota ao público” para notar quando um exemplar é proveniente da coleção do Professor Contente Domingues, assim como quaisquer dedicatórias presentes.

Embora pareça que o sistema de catalogação da BEN seja adequado para as necessidades da biblioteca e construído de forma a minimizar o risco de erros humanos, a verdade é que estes continuam a ser uma possibilidade apesar das medidas que foram identificadas. Um exemplo foi detetado a 21 de julho de 2022 quando, ao tentar criar uma ficha, o estagiário verificou que o número da BEN que tinha escrito tinha resultado num erro no sistema, que o tinha informado que o número estava a ser duplicado. Esta situação iria repetir-se com o número de uma ficha diferente, no mesmo dia. Pode-se assumir que a situação resultou do erro humano o que, por sua vez, pode ter sido facilitado pela transição do sistema da BEM para um catálogo coletivo.

4. ANÁLISE

Como o próprio Horta verificou, o modelo de rede da RBDN apresenta problemas, nomeadamente a autonomia, que “Beneficia por um lado e prejudica por outro. Beneficia porque a autonomia permite que o trabalho das bibliotecas não pare (...) Prejudica, porque em alguns casos, o tratamento documental apresenta erros e obriga a equipa a corrigir’ (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019)” (Horta, 2019, p. 76). Foi já sugerido em uma entrevista com a Dra. Ilda Pinto “a criação de uma equipa dedicada à gestão e governação da RBDN”. Independentemente da solução, Horta afirma que é necessário rever a estrutura atual da rede, não só para assegurar o bom funcionamento, mas a própria continuidade. (Horta, 2019)

Horta sugere ainda pessoalmente a expansão da modalidade de empréstimo entre as bibliotecas, de forma a reforçar assim a cooperação entre as bibliotecas e facilitar a procura de recursos aos utilizadores.

Em adição, a o catálogo coletivo continua a ter vários registos de recursos duplicados, resultante da migração de dados para o sistema SIGB. Estes causam confusão a utilizadores que procuram um recurso como uma monografia, deparando-se com mais do que um registo para o mesmo recurso, alguns pertencentes à mesma biblioteca. De acordo com a Dra. Pinto, “mas as próprias bibliotecas têm de corrigir os seus próprios erros, e a RBDN desenvolver esforços que levem as bibliotecas a corrigi-los (comunicação pessoal, Agosto 14, 2019).” (Horta, 2019, p. 80)

Embora haja bibliotecas que não concordem com a integração dentro da RBDN, o próprio Horta conclui que este processo trouxe vários benefícios: “Através dos dados obtidos no inquérito por questionário identificaram-se a maior abertura das bibliotecas militares e de Defesa à comunidade, a divulgação dos acervos, a maior partilha de recursos, a maior cooperação e a partilha de conhecimento, a utilização do SIGB *Horizon* e uma maior aproximação e integração dentro da comunidade militar e de Defesa, como as principais razões para a integração; e, a maior partilha de recursos, o trabalho em rede e cooperação, a utilização do SIGB *Horizon*, o acesso a mais informação e o aumento do número de utilizadores, como as principais expectativas com a integração das bibliotecas na RBDN.” (Horta, 2019, p. 81) Horta verificou ainda “uma maior partilha de recursos, aumento do empréstimo interbibliotecário e utilização do SIGB *Horizon*, ressaltando-se

os problemas já mencionados da qualidade e reutilização de registos bibliográficos, bem como, o “ruído” existente pelas migrações de dados.” (Horta, 2019, p. 82), reforçando ainda mais o papel que as políticas da RBDN tiveram na melhoria da qualidade de serviços e eficiência no funcionamento das bibliotecas integradas, reduzindo custos de operação e promovendo a cooperação entre as bibliotecas de forma a resolver a aparente isolamento que existia entre estas.

Face a estas, pode-se identificar um certo sentimento de desigualdade do tratamento, assim como suspeita a equipas que parecem distantes ao pessoal das bibliotecas que não apreciam de forma igual a rede. Horta sugere uma maior aproximação entre as bibliotecas e reforçar o trabalho cooperativo entre as mesmas (Horta, 2019).

Pessoalmente, considera-se ainda necessário reforçar a uniformidade em termos de política de catalogação, contribuindo não só para um processo de catalogação mais rápido e com menor probabilidade de apresentar erros mas possivelmente para persuadir as bibliotecas hesitantes quanto à rede que as vantagens mais do que compensam os prejuízos sentidos – a lógica é que as vantagens da uniformidade irão ser sentidas com o tempo, contribuindo assim para a apreciação positiva da RBDN. De facto, o próprio Horta aponta à uniformidade como uma das vantagens da integração dentro da rede: “Como vantagens da integração em rede são identificadas: a uniformização e optimização do processo de tratamento documental; [...]” (Horta, 2019, p. 83). Assim, convém apostar na uniformização como um dos benefícios nos quais as bibliotecas podiam tirar proveito.

A própria BEN iria beneficiar, graças a um melhor processo de catalogação e a bibliotecas com maior espírito cooperativo, sendo que esta última iria resultar numa RBDN mais eficaz que por sua vez podia oferecer mais apoio à biblioteca em si.

Esta seria uma das medidas que importante a tomar mas, por si própria, não iria mudar a opinião destas bibliotecas a longo-prazo de forma a que tenha algum impacto na sua satisfação. O investimento de recursos e esforço na RBDN deve ser contínuo, de forma a que evolua e se transforme numa rede fiável e benéfica às bibliotecas integradas. Horta sugere ainda a “elaboração de manuais e normas técnicas de apoio” (Horta, 2019, p. 90) adicionais para o tratamento e gestão documental, apontando que estes contribuem para a “uniformização, optimização e normalização efectiva” (p. 90) do processo de catalogação. Salienta ainda a necessidade de resolver a situação dos registos duplicados,

que são um dos principais problemas que podem ser encontrados no sistema. Em adição, a elaboração e desenvolvimento destes recursos pode resolver algumas das inconsistências apontadas anteriormente, como o não-preenchimento de campos.

Mesmo assim, não se deve ignorar que este processo apresenta dificuldades, sendo possível o surgimento de inconsistências, como já aconteceu dentro do próprio catálogo. Cabe às instituições reconhecer a possibilidade e prepararem-se para procurar e encontrar discrepâncias com o que consideram ideal e resolvê-las.

CONCLUSÃO

Muitos dos problemas encontrados na BEN estão ligados à própria rede, quer seja devido a insuficiências na mesma ou ao potencial ainda por desenvolver. A biblioteca conta com uma bibliotecária e, durante a duração do estágio, um estagiário. Para compensar por esta falta de pessoal seria certamente benéfico, tanto para a Biblioteca da Escola Naval como para todas as bibliotecas integradas, apostar no desenvolvimento da rede e na comunicação e cooperação geral entre as bibliotecas, permitindo assim uma melhor coordenação, não só para motivos de catalogação, mas também fornecimento de serviços e partilha de informação em geral.

Deve lembrar-se, portanto, que este processo não é fácil e que apresenta dificuldades, sendo necessário reconciliar as expectativas das diferentes bibliotecas relativamente aos métodos utilizados, por si uma categoria muito abrangente. A dificuldade será certamente proporcional à ambição da rede e o quão abrangente se espera que seja.

É ainda de esperar que uma rede de bibliotecas tenha desvantagens: embora as bibliotecas tenham por objetivo auxiliar ramos militares diferentes, elas mesmo assim preocupam-se com as necessidades de ramos diferentes, já para não falar do facto de cada uma ter a sua história, juntamente com preferências e políticas próprias desenvolvidas de forma independente ao longo do tempo, contribuindo assim para as diferenças entre estas e algumas das dificuldades em catalogar. Verifica-se assim uma resistência derivada não só da hesitação em aplicar medidas tão abrangentes para criar uma maior consistência entre as bibliotecas, mas também devido à conveniência de políticas preexistentes.

Apesar disto, o valor de uma rede de bibliotecas é inegável: a capacidade de não só registar exemplares dentro de fichas preexistentes, mas também recorrer aos catálogos de outras bibliotecas para adquirir informação e completar fichas foi muito importante, não para meramente “poupar tempo”, mas para evitar erros, inconsistências e anomalias no processo de catalogação. Permite ainda com que as bibliotecas constituintes possam oferecer serviços de maior qualidade, especialmente quando podem apontar para outra (que não esteja fisicamente distante) para o utilizador levantar um recurso que não esteja presente, beneficiando assim da diversidade entre estas, dos seus catálogos e das suas funções.

Como se pode ver, embora tenha sido um único caso, o estudo da Biblioteca da Escola Naval permitiu verificar de forma mais aprofundada a integração de uma biblioteca dentro de uma rede, particularmente na Rede de Bibliotecas de Defesa Nacional. Foram estudadas e verificadas as consequências, dificuldades e potencial da integração dentro da RBDN, sendo a impressão geralmente positiva. Assim, espera-se que o presente relatório possa servir como um argumento a favor de uma maior integração dentro da rede e uma política mais abrangente em nome da normalização e bom-funcionamento tanto das bibliotecas como entre as mesmas.

BIBLIOGRAFIA

- Hjørland, Birger (2003). *Fundamentals of Knowledge Organization. Knowledge Organization*. 30. 87-111.
- Silva, S. F. C. da (2015). *O sistema de informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)* (Dissertação de mestrado, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Repositório da FLUL. <http://hdl.handle.net/10451/24537>.
- Luz, Elisa Filomena Rocha Monteiro da (2014). *Bases para a implementação de uma política de desenvolvimento de coleções numa biblioteca universitária*. (Dissertação de mestrado, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). epositório da FLUL. <http://hdl.handle.net/10451/12282>.
- Mingorance, Wilson Ricardo (2019). *O arquivo pessoal Joseph-Maria Piel: organização da informação*. (Dissertação de mestrado, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Repositório da FLUL. <http://hdl.handle.net/10451/41969>.
- Valentim, Maria Lígia Ponim. O Perfil das Bibliotecas Contemporâneas. In Ribeiro, A. (org.), & Ferreira, P. (org.). (2017). *Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas* (pp. 19-42). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7426>.
- Horta, João Nuno Gomes Ferreira da. (2019). *A evolução das bibliotecas militares e de defesa: estudo de caso da rede de bibliotecas da defesa nacional*. (Dissertação de mestrado, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Repositório da FLUL. <http://hdl.handle.net/10451/41971>.
- Medeiros, Nilcéia Lage de, & Luz, Talita Ribeiro da. (2017). *Redes de bibliotecas governamentais: um enfoque administrativo sobre o periódico científico-jurídico brasileiro e o controle bibliográfico*. *Cadernos de Informação Jurídica*, 4(2), 307–331.
- Castells, Manuel. (2005, março 4-5). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Política* [Apresentação de comunicação]. Debates Presidência da República, Centro Cultural de Belém, Portugal.
- Nance, Richard E. (1970), An analytical model of a library network. *Journal of the Association for Information, Science and Technology*, 21: 58-66. <https://doi.org/10.1002/asi.4630210111>
- Izquierdo-Alberca, M.-J. (2010). Red de Bibliotecas de Defensa. *El Profesional de La Información*, 19(5), 510–513. <https://doi.org/10.3145/epi.2010.sep.10>
- Cooke, M. (1977). Future Library Network Automation. *Journal of the American Society for Information Science*, 28(5), 254–258. <https://doi.org/10.1002/asi.4630280504>
- Epstein, H. (1980). The Technology of Library and Information Networks. *Journal of the American Society for Information Science*, 31(6), 425–437. <https://doi.org/10.1002/asi.4630310608>
- Vidal, J. C. (2003). Catálogos colectivos, redes de bibliotecas y catálogos virtuales. *El Profesional de La Información*, 12(2), 112. <https://doi.org/10.1076/epri.12.2.112.15482>
- Borbinha, J. Redes de colaboração: alguns elementos para análise e reflexão. *Cadernos BAD* (Portugal), n. 1, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82389>.

Guinchat, Claire & Menou, Michel (1994). *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Silva, Armando Jorge (2009). *Política de catalogação para as Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas*. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

David Banush & Jim LeBlanc (2007) Utility, library priorities, and cataloging policies, *Library Collections, Acquisitions, and Technical Services*, 31:2, 96-109, DOI: 10.1080/14649055.2007.10766152

Nilcéia Lage de Medeiros, & Talita Ribeiro da Luz. (2017). Redes de bibliotecas governamentais: um enfoque administrativo sobre o periódico científico-jurídico brasileiro e o controle bibliográfico. *Cadernos de Informação Jurídica*, 4(2), 307–331.

Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD) (2011/2019). Biblioteca Nacional de Portugal.

Faria, Cleide Vieira de, & Lourenço, Cíntia Azevedo. (2019). *Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA*. Repositório da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/40244>

Manual UNIMARC Formato Bibliográfico. (2008). Biblioteca Nacional de Portugal)

Faria, Cleide Vieira de de (2018). *Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA: estudo de caso no sistema de bibliotecas da UFMG* [Dissertação de Mestrado, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/31521>

Semeler, A. R. (2022). Concepção de interfaces para websites de bibliotecas universitárias : projeto, elaboração e gestão de informação em meio digital. *RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação*, 11(1), 72–82. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v11i1.1652> (Original work published 4º de janeiro de 2013)

IFLA. (n. d.). *Glossary – Library Types*. Library Map of The World – IFLA. Recuperado a 23/06/2023 de <https://librarymap.ifla.org/data-glossary/library>

Horta, João (2019). *A evolução das bibliotecas militares e de defesa: estudo de caso da rede de bibliotecas da defesa nacional* [Dissertação de Mestrado, FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/41971>

Ferreira, Patrícia (2019). *Procedimentos técnicos para descrição bibliográfica de monografias em Horizon*. Biblioteca da Escola Naval.